

DOCUMENTAR, ANALISAR, INTERPRETAR: O POTENCIAL EPISTÊMICO DA FOTOGRAFIA NA GEOGRAFIA DA FUMICULTURA DA MICRORREGIÃO DE PRUDENTÓPOLIS (PR)

Documenting, analyzing, interpreting: the epistemic potential of photography in the Geography of tobacco farming in the microrregion of Prudentópolis (PR)

Zaqueu Luiz Bobato

Professor Formador no curso de Geografia Licenciatura UAB da UEPG. Pós Doutorando pela UEPG. Doutor em Geografia pela UFPR. Mestre em Geografia pela UEPG. Graduado em Geografia Licenciatura pela Unicentro, *campus* Irati (PR).

zaqueudegeo@gmail.com

Nilson Cesar Fraga

Professor Associado B do Curso de Geografia da UEL. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da UFR. Pesquisador do CNPq/Produtividade em Pesquisa. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. Mestre em Geografia pela UEM. Graduado em Geografia (Licenciatura Plena) pela UDESC. Graduado em Geografia (Bacharel) pela UEM

ncfraga@uel.br

Recebido: 21/04/2025

Aceito: 17/10/2025

Resumo

Este artigo analisa a paisagem rural associada à fumicultura na microrregião de Prudentópolis (PR), utilizando a fotografia como instrumento metodológico em uma abordagem qualitativa. Articulando observações de campo, registros imagéticos e fundamentação teórica, o estudo investiga as dinâmicas socioespaciais, econômicas e simbólicas da produção de fumo em pequenas propriedades. Discute-se o papel histórico da imagem fotográfica na geografia, desde Humboldt e La Blache até Pierre Monbeig, destacando sua capacidade de revelar territorialidades, relações de trabalho e contradições ocultas. Conclui-se que a fotografia, aliada ao rigor metodológico, é uma ferramenta crítica e potente para analisar paisagens culturais e práticas produtivas regionais.

Palavras-chave: Geografia da Paisagem, Fumicultura, Fotografia, Pesquisa Qualitativa, Prudentópolis (PR).

Abstract

This article examines the rural landscape associated with tobacco farming in the microrregion of Prudentópolis (PR) (Brazil), using photography as a methodological tool within a qualitative framework. By integrating field observations, visual records, and theoretical foundations, the study investigates the socio-spatial, economic, and symbolic dynamics of tobacco production in smallholder properties. It discusses the historical role of photographic imagery in geography, from Humboldt and La Blache to Pierre Monbeig, emphasizing its ability to reveal territorialities, labor relations, and hidden contradictions. The

conclusion asserts that photography, combined with methodological rigor, is a critical and powerful tool for analyzing cultural landscapes and regional productive practices.

Keywords: Landscape Geography, Tobacco Farming, Photography, Qualitative Research, Prudentópolis (PR).

1. INTRODUÇÃO

A Geografia, como ciência comprometida com a análise das relações entre sociedade e natureza, historicamente recorre a múltiplas linguagens para compreender a produção do espaço. Entre essas, a imagem fotográfica destaca-se por sua capacidade de registrar e, sobretudo, de interpretar paisagens marcadas por contradições. Desde os desenhos científicos de Alexander von Humboldt até as fotografias documentais de Pierre Monbeig, a imagem consolidou-se como ferramenta analítica capaz de ir além da descrição, revelando dinâmicas territoriais profundas. Contudo, como adverte Samain (2012, p. 34), “não é possível pensar a imagem se não a situarmos no sistema no qual ela está conectada: nosso cérebro, o contexto, a própria imagem, aquele que a fez, aquele que a contempla, num tempo e num espaço históricos e a-históricos”. Assim, a fotografia possibilita diversas interpretações, exigindo que suas leituras considerem tanto a realidade representada quanto a intencionalidade do olhar que a registra.

Neste trabalho, compreendemos a fotografia como ato político e epistemológico. Longe de ser neutra, a fotografia carrega marcas do olhar, da intenção e das escolhas metodológicas do pesquisador. Aplicada à realidade da microrregião de Prudentópolis (PR), onde a fumicultura estrutura a paisagem e as formas de vida em pequenas propriedades, a fotografia oferece uma via potente para compreender conflitos silenciados: relações assimétricas entre agricultores e empresas fumageiras, transformações ambientais e estratégias cotidianas de resistência.

Inspirados pela geografia crítica de Milton Santos (2006), para quem o espaço é “sistema de objetos e ações” e pela noção de “acumulação por espoliação” (Harvey, 2014), analisamos como a produção de fumo reconfigura territórios rurais, combinando modernização seletiva, precariedade estrutural e múltiplas racionalidades espaciais.

Mais do que uma escolha estética ou ilustrativa, a fotografia é aqui compreendida como linguagem científica e ferramenta de investigação das geografias invisibilizadas, aquelas que não emergem dos gráficos, mas que se manifestam nos gestos, nas texturas e nos silêncios capturados em campo. Nas palavras de Doreen Massey (2008), a paisagem

é um “campo de lutas”, e a fotografia, neste contexto, transforma-se em instrumento de insurgência visual.

2. DO DESENHO À FOTOGRAFIA: A TRAJETÓRIA DAS IMAGENS NA GEOGRAFIA

O conhecimento geográfico remonta às origens da humanidade na Terra. No entanto, é no século XIX que a Geografia se institucionaliza como ciência, consolidando um corpo teórico-metodológico próprio, especialmente na Europa, seu berço de origem e difusão. Como destacam Cunha e Albuquerque (2008), essa modernidade redefine os modos de produção do saber geográfico, ainda que sem romper completamente com conteúdos herdados da Antiguidade.

A consolidação científica da Geografia inicia-se com as contribuições de Alexander von Humboldt e Carl Ritter, considerados os precursores da Geografia Moderna. Segundo Lencioni (2009), esses autores superaram os estudos descritivos ao estabelecer relações entre os elementos naturais e humanos da superfície terrestre, propondo uma leitura integrada dos fenômenos geográficos. Posteriormente, Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache aprofundaram essa base epistemológica, estruturando representações espaciais sistematizadas. Ao longo desse processo, as representações imagéticas, como mapas, gravuras e fotografias, desempenharam papel fundamental, tanto ilustrativo quanto analítico e comunicativo. Os mapas de Ptolomeu, os desenhos de Humboldt e os esquemas de La Blache são exemplos da centralidade da imagem na construção do saber geográfico.

No caso de Humboldt, sua prática científica envolvia o uso intensivo de imagens como recurso de análise e sistematização. Segundo Schwartz (1996, *apud* Novaes, 2011), ele contava com ilustradores em suas expedições, cujos desenhos detalhados registravam a diversidade física e biológica dos territórios. A figura 01 ilustra esse método, ao representar a distribuição de espécies conforme a localização geográfica e as características ambientais, o que constitui uma antecipação das abordagens biogeográficas da Geografia moderna.

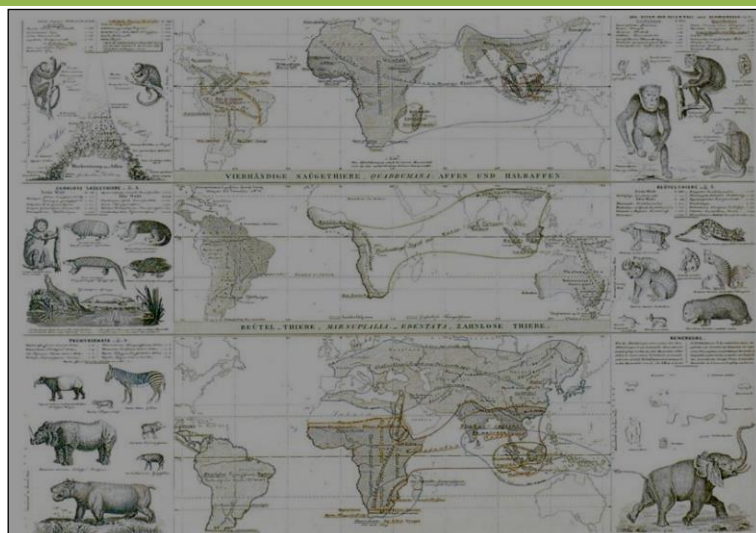


Figura 01 - A Geografia dos animais de Humboldt.

Fonte: Springer (2009).

Outro expoente da fase de institucionalização da Geografia, Paul Vidal de La Blache, também se apropriou das imagens para caracterizar especificidades regionais. Novaes (2011) ressalta que o célebre *Tableau de la Géographie de la France* (1903) é ricamente ilustrado com mapas e esquemas que expressam a “personalidade geográfica da França”, conceito central em sua obra.

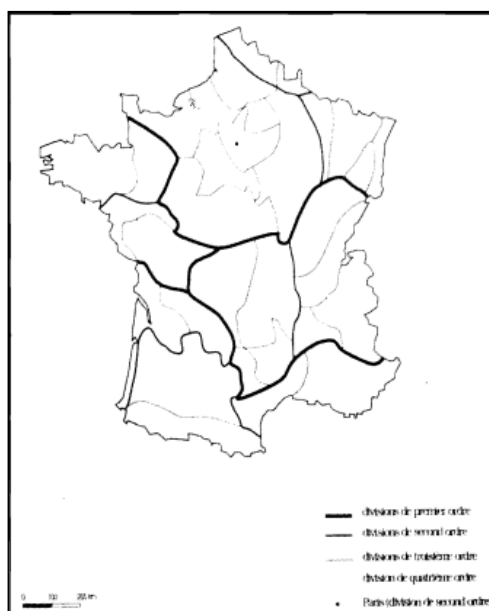


Figura 02 - A França no limiar de novos tempos: Paul Vidal de La Blache e a Regionalização.

Fonte: MARIGNIER, Mane-Vic Ozouf; ROBIC, Marie-Claire (2007).

A representação visual expressa algo que vai além do recorte cartográfico, ao vincular meio físico, práticas humanas e identidade regional. A organização espacial adquire, assim, historicidade e especificidade cultural.

Com o avanço da técnica fotográfica a partir do século XIX, a iconografia ganha ainda mais relevância nos estudos geográficos. Salgueiro (2005), ao investigar a constituição de representações visuais nas ciências humanas no Brasil, destaca que:

A emergência disciplinar das ciências humanas, especialmente da geografia e da etnologia, caminhou, desde o início do século, ao lado da formação das coleções fotográficas e de outras séries figurativas inscritas na construção de representações nacionais internacionalmente comparáveis, ancoradas no regionalismo (Salgueiro, 2005, p. 21).

O trabalho de Pierre Monbeig é um exemplo notável desse uso. Suas fotografias, realizadas em 1944, revelam aspectos do cotidiano e das transformações espaciais no Brasil.



Figura 03 - Vaqueiro na praça de vilarejo, 1944. Fotografia de Pierre Monbeig.

Fonte: Salgueiro (2005).

O registro fotográfico captura uma cena simples, todavia densamente geográfica: o vaqueiro na praça evidencia práticas sociais e estruturas fundiárias do interior brasileiro, valorizando o cotidiano como categoria analítica.



Figura 04 - Lavadeiras, Ceará, 1944. Fotografia de Pierre Monbeig.
Fonte: Salgueiro (2005).

Nesta foto, as lavadeiras reforçam a importância dos recursos hídricos nas práticas locais, revelando territorialidades construídas a partir da experiência vivida.



Figura 05 - Transamazônica: desmatamento e construção da estrada, 1972. Fotografia de Pierre Monbeig.
Fonte: Salgueiro (2005).

A abertura da Transamazônica, com seu impacto ambiental direto, demonstra a função crítica do registro visual na Geografia: documentar transformações territoriais provocadas por políticas desenvolvimentistas e seus efeitos socioambientais.

Os trabalhos visuais de Monbeig mostram que, mesmo em contextos técnicos limitados, a fotografia foi uma ferramenta fundamental na produção do conhecimento geográfico. Ao registrar tanto o cotidiano quanto grandes obras, ele articulou escalas e revelou tensões entre conservação e desenvolvimento.

A trajetória aqui apresentada reforça a tese central deste artigo: quando aliada a um rigoroso método que triangula teoria, campo e imagem, a fotografia transforma-se em um documento geográfico crítico. Mais do que registrar paisagens, ela desvela relações de poder, resistências e invisibilidades, conforme propõem Santos (2006) e Harvey (2014) ao tratarem da produção desigual do espaço.

3. ÉTICA E MÉTODO: O PAPEL DO PESQUISADOR NA OBTENÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE IMAGENS FOTOGRÁFICAS

A marginalização da imagem como ferramenta analítica nas ciências humanas, destacada por Bohnsack (2010), também se expressa na geografia. Enquanto áreas como cartografia e sensoriamento remoto consolidaram o uso técnico das imagens, a geografia humana muitas vezes limitou-se ao uso ilustrativo, sobretudo nas abordagens econômicas e políticas. Tal dicotomia, porém, negligencia o potencial epistemológico da fotografia como meio de mediação entre observador e território. Sendo um importante recurso metodológico na pesquisa acadêmica, a fotografia precisa ser utilizada de forma cautelosa. A antropóloga Caldeira (1988), ressalta que, realizar uma imagem requer um compromisso da parte daquele que irá registrá-la. Em suas palavras:

A experiência é necessária para o conhecimento, mas não deve permanecer em estado bruto. Do mesmo modo que o antropólogo tem que se transformar ao entrar em uma outra cultura, ele tem que reelaborar a sua experiência ao sair dela, de modo a transformá-la em uma descrição objetiva (científica) da cultura como um todo (Caldeira, 1988, p. 137).

Acredita-se que no caso da Geografia, os apontamentos feitos pela antropóloga são muito importantes, pois, registrar uma imagem requer do pesquisador uma aproximação com o caso pesquisado, ou seja, é preciso conhecer e se inserir nele para poder assim registrar, porém, isso requer do pesquisador uma “maturidade”, já que segundo Malinowski (1976), um dado pesquisador ao “mergulhar” em um determinado contexto, o mesmo tem que sair dele passado algum tempo, fazendo uma leitura científica sem deixar ser levado pelo contexto no qual esteve inserido. Fotografar paisagens fumageiras requer, portanto, familiaridade com a realidade local, bem como consciência dos filtros subjetivos que moldam o ato fotográfico. Nesse sentido, a reflexividade metodológica é condição para a análise ética das imagens.

4. METODOLOGIA: FOTOGRAFIA, ETNOGRAFIA E DIÁLOGO DE OLHARES

As imagens utilizadas neste estudo foram produzidas por dois pesquisadores com perfis complementares: um com vínculos sociais e afetivos com a microrregião de Prudentópolis, cuja inserção possibilitou uma leitura imersiva e situada; e outro com postura analítica mais distanciada, voltada à interpretação crítica das dinâmicas estruturais do território. Essa dualidade, inspirada na etnografia dialógica de Magnani (2002), permitiu articular subjetividade e objetividade, afetividade e crítica.

As 11 fotografias analisadas (Imagens 07–17) foram selecionadas com base em três critérios interdependentes: representatividade temática, diversidade de escalas e potencial narrativo. A Tabela 1 sintetiza essas escolhas:

Tabela 1: Seleção das 11 Imagens Fotográficas: Critérios e Justificativas.

IMAGEM	CRITÉRIO 1: REPRESENTATIVIDADE TEMÁTICA	CRITÉRIO 2: DIVERSIDADE DE ESCALAS	CRITÉRIO 3: POTENCIAL NARRATIVO
07	Dualidade territorial (pequena vs. grande propriedade)	Escala macro (paisagem agrária)	Explicita conflitos fundiários
08	Adaptação técnica (cultivo em terreno íngreme)	Escala micro (cotidiano laboral)	Revela limitações estruturais
09	Uso intensivo do solo (frente da residência)	Escala micro (espaço doméstico)	Denuncia escassez de alternativas
10	Contraste fumicultura x agronegócio (soja/pinus)	Escala macro (paisagem)	Exibe modernização excludente
11	Resistência cultural (estufa tradicional)	Escala micro (técnicas artesanais)	Valoriza saberes ancestrais
12	Modernização técnica (estufa elétrica)	Escala micro (tecnologia)	Expõe dependência de insumos
13	Impacto ambiental (lenha de eucalipto)	Escala macro (uso de recursos)	Liga produção a degradação
14	Transição produtiva (suinocultura → fumo)	Escala macro (transformação territorial)	Mostra substituição funcional
15	Mecanização seletiva (tratores em áreas planas)	Escala macro/micro	Evidencia desigualdade técnica
16	Convivência de cultivos (fumo, milho, eucalipto)	Escala macro (mosaico produtivo)	Sintetiza pluralidade do território
17	Prosperidade aparente (habitação rural)	Escala micro (espaço vivido)	Desvela ciclos de endividamento

Fonte: Pesquisa de campo (Os autores, 2013).

A análise das imagens ocorreu em três dimensões interligadas. A primeira, de caráter material, examinou as estruturas produtivas e as transformações ambientais. A segunda, simbólica, concentrou-se nos significados culturais atribuídos ao fumo e ao trabalho. Por fim, a dimensão política investigou as relações de poder entre os agricultores e as empresas fumageiras. Para mitigar vieses e assegurar o rigor da análise, adotou-se uma triangulação metodológica. Essa abordagem integrou, de forma coesa, os registros fotográficos com a

observação participante, dados secundários (IBGE/2013), além de uma revisão por pares e a utilização de diários reflexivos para documentar as influências dos perfis dos pesquisadores sobre os enquadramentos e as interpretações.

O cuidado ético incluiu consentimento informado, explicitação dos objetivos da pesquisa aos participantes e recusa à exotização do cotidiano rural. Para isso, as imagens priorizaram práticas de resistência e agência, como a Estufa Tradicional (Figura 11), que expressa saberes camponeses e memória produtiva.

Ao registrar os contrastes entre pequenas propriedades e grandes monoculturas (Imagens 07 e 10), o uso intensivo de solos (Figura 09) ou o cultivo em terrenos íngremes (Figura 08), as fotografias revelaram contradições como: falta de alternativas produtivas, precarização do trabalho e endividamento mascarado por aparente prosperidade (Figura 17).

A metodologia adotada seguiu três etapas interligadas. Inicialmente, foi realizada a contextualização histórica das dinâmicas agrárias locais, ligadas à expansão da fumicultura. Em seguida, procedeu-se à triangulação de dados e à validação cruzada das interpretações. Por fim, a validação participativa, que consistiu na apresentação das imagens aos agricultores locais, teve como objetivo reduzir leituras externas e desconectadas da experiência vivida. Inspirado no método documentário de Bohnsack (2010), esse percurso não buscou verdades absolutas, mas sim a construção compartilhada de significados. As imagens foram tratadas como documentos geográficos situados, que expressam relações, resistências e silenciamentos inscritos na paisagem.

5. REPRESENTAÇÕES VISUAIS DA FUMICULTURA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRUDENTÓPOLIS (PR): OLHARES GEOGRÁFICOS MEDIADOS PELA FOTOGRAFIA

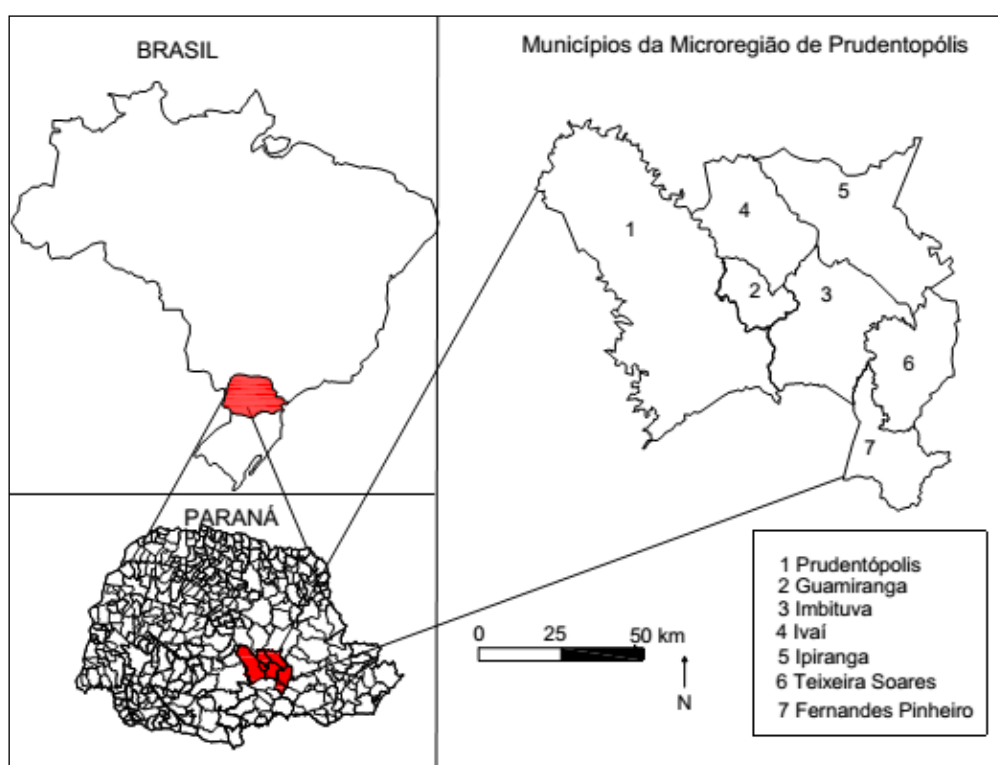


Figura 06 - Área de abrangência da microrregião geográfica de Prudentópolis (PR).

Fonte: (Os autores, 2013).

Com 6.090,3 km² e 129.917 habitantes (Ipardes, 2013), a microrregião de Prudentópolis situa-se no Sudeste do Paraná, caracterizada por minifúndios organizados em moldes familiares. O território integra o Segundo Planalto Paranaense, com solos férteis de origem basáltica e clima subtropical úmido, condições favoráveis a diversas culturas, como o tabaco.

A partir dos anos 1980, descendentes de imigrantes europeus (italianos, poloneses, alemães e ucranianos), majoritários na região, adotaram o cultivo de tabaco como atividade principal. Essa opção consolidou-o como produto-chave na economia local, garantindo a reprodução socioeconômica de centenas de famílias agricultoras.

Silveira (2011) associa a territorialização da fumicultura à estrutura fundiária colonial, que fragmentou as terras em pequenas propriedades. Bobato (2013) destaca que, diante da inviabilidade de cultivos como soja, milho e feijão em áreas reduzidas, em razão da baixa rentabilidade e das exigências técnicas, o tabaco tornou-se uma alternativa viável até para propriedades menores que 3 hectares.



Figura 07 - O paradoxo da pequena *versus* a grande propriedade.
Fonte: Pesquisa de campo. (Os autores, 2013).

A figura 07 registra a coexistência de minifúndios de tabaco e monoculturas de pinus, exemplificando a dualidade territorial brasileira discutida por Santos e Silveira (2001). Para os autores, o território expressa contradições da globalização, marcado por lógicas produtivas opostas e desigualdades socioespaciais.

No primeiro plano, o cultivo em pequenas propriedades reflete a fragmentação da agricultura nacional, caracterizada por técnicas tradicionais e inserção subordinada em cadeias globais. Essas unidades representam a produção de subsistência, onde o território é usado para reprodução social imediata, entretanto, encontra-se controlado por contratos desiguais com empresas fumageiras.

Ao fundo, as plantações de pinus simbolizam a modernização excludente, impulsionada por demandas globais por *commodities*. A homogeneidade da silvicultura contrasta com a diversidade da agricultura familiar, revelando o reordenamento territorial por agentes hegemônicos, que marginalizam pequenos produtores.

No segundo plano, a estufa de secagem de tabaco expõe disparidades técnicas: estruturas rudimentares convivem com tecnologias de larga escala, inacessíveis aos agricultores familiares. Essa desigualdade reforça a divisão entre polos modernos e áreas estagnadas, fragmentando o território.

A justaposição entre tabaco e pinus evidencia o paradoxo do desenvolvimento brasileiro, onde tradição e globalização coexistem. A imagem torna visíveis conflitos pela terra, articulando demandas transnacionais e necessidades locais.

Neste sentido, a paisagem reflete hierarquias territoriais, e a fotografia assume um papel crítico ao denunciar a exclusão socioespacial. A proximidade física entre tabaco e pinus, contrastando com a distância socioeconômica, sintetiza um Brasil marcado pela coexistência de modernização e precariedade.

A análise reforça a urgência de políticas públicas que reconheçam a diversidade do rural, conforme defendido nessa perspectiva teórica. O território, enquanto campo de lutas, encontra na fotografia um instrumento para dar visibilidade e denunciar a opressão do capital global.



Figura 08 - O cultivo de fumo em pequenas propriedades.

Fonte: Pesquisa de campo. (Os autores, 2013).

A cena visual 08 retrata o predomínio do cultivo de tabaco em minifúndios familiares, uma marca recorrente da organização agrária na microrregião de Prudentópolis (PR). O registro revela uma paisagem ondulada e fragmentada, típica dos Campos Gerais, onde a topografia acidentada e o parcelamento de terras limitam a mecanização.

Na cena principal, uma propriedade de cerca de 4 hectares dedica-se quase exclusivamente ao tabaco. A inclinação do terreno, percebida como íngreme pelos agricultores, inviabiliza o uso de maquinários pesados, restringindo o trabalho a técnicas manuais e tração animal. A adaptação do tabaco a essas condições, somada à sua viabilidade econômica, consolida-o como principal alternativa de subsistência.

Ao fundo, outras áreas cultivadas com tabaco reforçam o padrão de uso do solo em pequenas propriedades, onde a diversificação produtiva é incipiente. A monocultura não resulta de escolha livre; antes, deriva da dependência socioeconômica imposta por empresas fumageiras.

A imagem transcende o registro rural, convidando à análise geográfica da paisagem como construção histórica. Para Santos (2006), ela sintetiza as relações entre sociedade e natureza, carregada de significados culturais e simbólicos. A substituição da Floresta Ombrófila Mista por cultivos de tabaco ilustra a transição de um bioma resiliente para uma paisagem funcionalizada pelo capital agrícola.

A análise evidencia que o terreno ondulado, vivenciado como íngreme, condena os agricultores à dependência do tabaco, única cultura viável sem mecanização. Enquanto alternativas forem escassas, a fumicultura permanecerá como realidade incontornável na região.



Figura 09 - Aproveitando a pouca terra disponível.

Fonte: Pesquisa de campo. (Os autores, 2013).

O registro visual 09 expõe o uso intensivo do solo em áreas residenciais rurais, prática comum na microrregião de Prudentópolis (PR). Entre a casa e o caminho de acesso, onde poderiam existir jardins ou pomares, o espaço é ocupado por cultivos de tabaco. A cena sintetiza a pressão econômica sobre a agricultura familiar, que transforma até mesmo áreas domésticas em espaços produtivos.

A substituição de elementos simbólicos (como flores) por lavouras não resulta de preferências estéticas: é efeito da necessidade de maximizar a renda em propriedades diminutas. Como nas imagens anteriores, o tabaco impõe-se como única alternativa viável, justificando a ocupação de terrenos marginais. Para Santos (2006), a paisagem é uma síntese das relações sociedade-natureza, refletindo escolhas e restrições materiais. Aqui, ela revela a subordinação do espaço doméstico à lógica produtiva, onde a casa rural é envolvida por cultivos comerciais.

Conforme Bertrand (1981), a paisagem é uma combinação dinâmica de elementos físicos e sociais. Neste caso, habitação, afetividade e produção conflituam, criando uma configuração tensionada. A funcionalização do lar, cercado por tabaco, exemplifica a adaptação forçada dos agricultores a um modelo excludente. A imagem transcende o registro visual, tornando-se um argumento sobre a resiliência camponesa. A paisagem, embora marcada pela escassez de opções, testemunha a permanência dos pequenos produtores em seu território, mesmo sob condições adversas.



Figura 10 - Pequena propriedade *versus* produção de *commodities*.

Fonte: Pesquisa de campo. (Os autores, 2013).

O registro fotográfico 10 expõe o que Santos e Silveira (2001) chamam de fragmentação socioespacial, pois, pequenas lavouras de tabaco coexistem com monoculturas de soja e eucalipto. Organizada em quatro planos, a fotografia ilustra lógicas produtivas antagônicas.

No primeiro plano, o cultivo de tabaco em minifúndios representa a agricultura de subsistência, dependente de técnicas tradicionais e ciclos econômicos curtos. Em contraste, a soja no segundo plano simboliza o agronegócio, demandando grandes extensões de terra e tecnologias inacessíveis aos pequenos produtores, exemplo claro de modernização excludente.

O terceiro plano, com unidades de beneficiamento de grãos, e o quarto, com plantações de eucalipto, completam a narrativa. A infraestrutura industrial e a expansão florestal evidenciam o controle de agentes hegemônicos sobre mercados e territórios, excluindo a agricultura familiar (Haesbaert, 2004; Santos, 2006).

A imagem revela ainda a segregação espacial: o tabaco ocupa terras fragmentadas e acidentadas, enquanto soja e eucalipto dominam áreas planas e contíguas. Essa divisão reproduz desigualdades históricas, aprofundadas por políticas como a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (2005), que acelera a espoliação territorial em favor de grandes empreendimentos.

Para Santos (2006), o espaço é um sistema de objetos e ações, onde técnicas e poder se entrelaçam. A fotografia, ao articular escalas global (demanda por *commodities*) e local (subsistência), denuncia a geografia das exclusões e reforça a urgência de políticas que promovam soberania alimentar e diversificação produtiva.



Figura 11 - Estufa de fumo tradicional.
Fonte: Pesquisa de campo. (Os autores, 2013).

A foto 11 retrata uma estufa tradicional de secagem de tabaco, símbolo das tensões entre tradição e exclusão na agricultura familiar paranaense. Construída com materiais locais (madeira e tijolos), a estrutura materializa contradições socioespaciais, conforme a concepção de espaço como "sistema de objetos e ações" (Santos, 2006).

Integrada ao "espaço vivido", a estufa tradicional combina saberes ancestrais e relações sociais, contrastando com a padronização tecnológica do agronegócio. Essa disparidade reflete a modernização excludente, que marginaliza pequenos produtores (Santos; Silveira, 2001).

Como "monumento do cotidiano" (Certeau, 1994), a estufa denuncia a precariedade produtiva; além disso, evidencia a resiliência camponesa frente à pressão modernizadora (Bobato, 2013). A persistência da estufa tradicional revela uma ambivalência. Por um lado, ela representa a autonomia relativa, já que o processamento local preserva saberes e

fortalece os vínculos com a terra. Por outro, ela expõe a dependência estrutural do tabaco como única alternativa viável, fruto da falta de políticas de diversificação.

A estufa exemplifica o "atraso tecnológico forçado", fruto da exclusão dos camponeses das cadeias de inovação. Essa dinâmica consolida a geografia das exclusões, onde interesses hegemônicos moldam o território.

A imagem sintetiza a fragmentação socioespacial: técnicas tradicionais coexistem com lógicas hegemônicas, expondo desigualdades temporais (Santos, 2006). A análise reforça a necessidade de políticas que rompam com a dependência do tabaco, promovendo diversificação e acesso a tecnologias inclusivas.



Figura 12 - Estufa de fumo "moderna".
Fonte: Pesquisa de campo. (Os autores, 2013).

A fotografia 12 retrata uma estufa elétrica de secagem de tabaco, símbolo da modernização excludente no rural brasileiro. Equipada com controle automatizado, a estrutura beneficia apenas agricultores com acesso a capital e crédito, aprofundando desigualdades (Santos; Silveira, 2001).

Enquanto alguns adotam tecnologias modernas, outros permanecem em estufas rudimentares (Figura 11), reforçando a divisão perversa do trabalho. Essa dualidade ilustra circuitos espaciais da economia (Santos, 2006), onde assimetrias de poder medeiam a integração ao mercado global.

A coexistência de estufas tradicionais e modernas materializa a "soma desigual de tempos" (Santos, 2006): a primeira representa os saberes locais e a resistência cotidiana, enquanto a segunda reflete a racionalidade técnica do agronegócio, focada na eficiência. Essa tensão expõe o espaço rural como palco de conflitos temporais, onde passado e

presente convivem sem harmonia. A estufa elétrica, embora eficiente, intensifica a fragmentação socioespacial, excluindo quem não tem recursos (Schneider; Cassol, 2013). Enquanto isso, a estufa tradicional funciona como “monumento do cotidiano” (Certeau, 1994), preservando identidade cultural e, ao mesmo tempo, sinalizando precariedade.

A partir da análise, fica evidente a necessidade de políticas que busquem romper com a exclusão no campo. Tais políticas devem, sobretudo, democratizar tecnologias adaptativas (a exemplo das estufas de baixo custo), oferecer crédito inclusivo para promover a diversificação produtiva e integrar os saberes tradicionais às inovações sustentáveis. Somente assim será possível reconhecer a pluralidade do espaço rural, onde diferentes técnicas e temporalidades coexistem.



Figura 13 - Estufa pronta para secagem.
Fonte: Pesquisa de campo. (Os autores, 2013).

A estufa tradicional de secagem de tabaco, abastecida com lenha de eucalipto, sintetiza as contradições de um desenvolvimento que se apresenta como sustentável, ao passo que aprofunda exclusões socioespaciais. Sob a ótica de Milton Santos (2006), a substituição da madeira nativa por essa espécie exótica, justificada por políticas ambientais, ilustra um "circuito espacial de produção" perverso, no qual a produção local é subordinada a cadeias globais e regionais controladas por elites fundiárias.

Proibidos de utilizar recursos nativos, os camponeses tornam-se reféns de um mercado de lenha dominado por grandes proprietários, configurando um cenário de "acumulação por espoliação" (Harvey, 2014), onde renda e recursos são transferidos de grupos vulneráveis para agentes hegemônicos. Essa dinâmica não apenas perpetua ciclos

de endividamento, como também intensifica a concentração fundiária, já que o cultivo de eucalipto demanda extensões territoriais inacessíveis aos minifúndios (<4 hectares).

A estufa, enquanto "monumento do cotidiano" (Certeau, 1994), materializa uma ambivalência: por um lado, simboliza a resiliência de saberes locais que adaptam técnicas ancestrais a restrições ambientais; por outro, expõe a precariedade de um sistema produtivo dependente de insumos externos, que reforça a "modernização seletiva" (Santos; Silveira, 2001). Essa lógica exclui os pequenos produtores dos avanços tecnológicos, restringindo-os a estruturas rudimentares, enquanto o agronegócio se apropria de recursos e territórios.

Para Santos (2006), o "espaço banal", aparentemente neutro, é atravessado por relações de poder que naturalizam desigualdades. A estufa tradicional, inserida nessa perspectiva, revela como a acessibilidade a recursos define hierarquias territoriais: grandes proprietários lucram com a venda de lenha, enquanto os custos ambientais (perda de biodiversidade, *stress* hídrico) e econômicos recaem sobre os camponeses. Esse paradoxo socioecológico evidencia a urgência de políticas que transcendam a mera regulamentação punitiva, propondo alternativas como o cultivo comunitário de eucalipto em sistemas agroflorestais, a regulação do mercado de lenha para coibir oligopólios e a integração de justiça social e ambiental via programas de diversificação produtiva.

A imagem, ao desvelar essas camadas de conflito, reforça o papel da geografia crítica como ferramenta de denúncia. Conforme Santos (2006), a justiça territorial só será alcançada quando as políticas reconhecerem a pluralidade de atores e necessidades, transformando "universais abstratos" em "particularidades concretas". A estufa, mais que um objeto técnico, é um testemunho da resistência camponesa e um chamado à ação, um lembrete de que a sustentabilidade, para ser efetiva, deve ser também inclusiva.

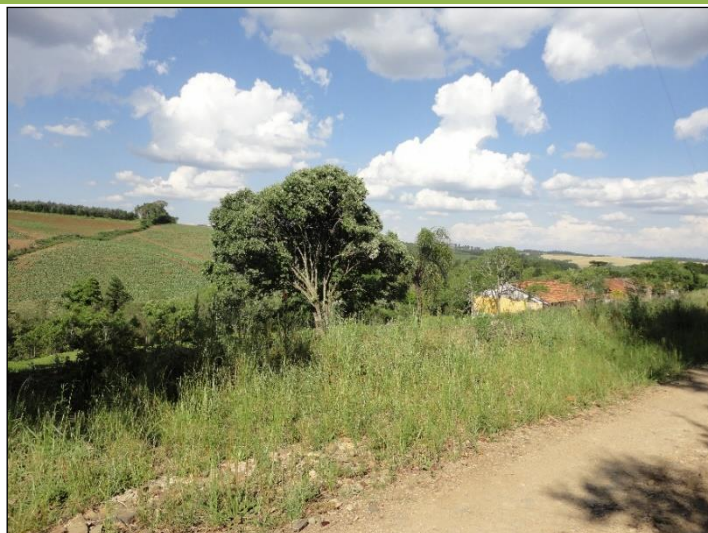


Figura 14 - O fumo em meio a falta de alternativas.

Fonte: Pesquisa de campo. (Os autores, 2013).

O registro visual 14 documenta a substituição de uma instalação suinícola desativada pelo cultivo de tabaco em terreno íngreme, ilustrando a reconfiguração do território sob pressões globais. Com base em Santos e Silveira (2001), entende-se que essa transição não é mera adaptação local; é expressão da “racionalidade hegemônica” do capital agroindustrial, que redefine espaços conforme interesses de mercados transnacionais.

A suinocultura, outrora incentivada por políticas integradoras (por exemplo, contratos com agroindústrias), foi abandonada devido à insustentabilidade econômica, que inclui custos elevados e dependência de insumos externos. O tabaco, por sua vez, surge como “alternativa forçada”, inserindo os agricultores em novas cadeias produtivas marcadas por contratos assimétricos e controle corporativo. Essa dinâmica evidencia o “território usado” (Santos; Silveira, 2001), onde o espaço é redefinido por lógicas externas, desconsiderando necessidades locais.

A escolha do terreno íngreme para o cultivo de tabaco revela a falta de alternativas para os agricultores, já que a topografia acidentada inviabiliza cultivos mecanizados, restringindo-os a atividades intensivas em mão de obra. Além disso, expõe a dependência estrutural do tabaco, que se impõe como a única opção viável, reproduzindo ciclos de endividamento e subordinação a empresas fumageiras.

Essa transição exemplifica o que Harvey (2014) aponta como “acumulação por espoliação”, na qual crises prévias (exemplo: falência da suinocultura) são aproveitadas para incorporar terras e trabalhadores a novas formas de exploração. A paisagem transforma-se em “palimpsesto” de ciclos produtivos efêmeros, onde o passado (galpões

abandonados) e o presente (lavouras de tabaco) coexistem como marcas de um desenvolvimento excludente.

A partir dessa análise, emerge a necessidade urgente de políticas que, de fato, transformem o cenário local. Tais medidas devem, sobretudo, promover a diversificação produtiva em áreas marginalizadas, incentivando a agroecologia e o cooperativismo. É essencial, ainda, que se regulamentem as relações contratuais, de modo a reduzir as assimetrias entre agricultores e empresas.

A imagem, ao retratar a substituição funcional do espaço, não apenas denuncia a precariedade, mas também revela a resistência intrínseca dos camponeses. Ela sinaliza o valor de suas práticas locais, que persistem mesmo em condições adversas, como um contraponto à padronização imposta pelo agronegócio.



Figura 15 - Práticas de cultivo “modernas”.
Fonte: Pesquisa de campo. (Os autores, 2013).

A cena 15 evidencia um contraste geográfico: tratores em terrenos planos dedicados ao cultivo de tabaco contrastam com técnicas manuais aplicadas em encostas acidentadas. Essa dualidade transcende uma mera diferença técnica, revelando um processo de ressignificação da paisagem rural sob lógicas produtivas divergentes. Ao recorrer a Santos e Silveira (2001), compreende-se que a cena materializa uma “geografia das exclusões”, na qual a mecanização restrita aos terrenos planos reforça hierarquias espaciais, segregando áreas conforme sua aptidão topográfica.

A análise mobiliza a teoria de Bertrand e Bertrand (2009, p. 332), que definem a paisagem como “parte de um todo [...] construção cultural e construção econômica misturadas [...] sob a paisagem, há o território”. A partir desse referencial, observa-se

que nos terrenos planos, o trator atua como "marcador visível de mudanças", simbolizando a imposição de uma racionalidade tecnocapitalista, enquanto nas encostas manuais, a persistência de métodos tradicionais denuncia a resistência de saberes excluídos dos fluxos hegemônicos de modernização.

A interpretação crítica articula-se a Harvey (2014) ao destacar que a mecanização nos terrenos planos reflete processos de acumulação capitalista, redefinindo o território conforme a lógica do agronegócio. Já nas encostas manuais, a topografia acidentada inviabiliza tecnologias padronizadas, relegando produtores a sistemas marginais. Nesse sentido, Santos (2006) oferece uma chave analítica ao propor o conceito de "espaço banal", no qual limitações ambientais naturalizam desigualdades socioeconômicas.

A leitura dialética da imagem, inspirada em Bertrand e Bertrand (2009), revela que tratores (terrenos planos) e técnicas manuais (encostas) não coexistem harmonicamente; pelo contrário, disputam o significado da paisagem. Enquanto o primeiro representa a homogeneização técnica do capital, o segundo encarna a adaptação geográfica de uma identidade camponesa. A paisagem rural, assim, converte-se em palimpsesto de temporalidades, onde estruturas abandonadas e lavouras mecanizadas sobrepõem-se como marcas de um território em conflito.

A reflexão proposta demanda que as políticas públicas valorizem a paisagem não apenas como um objeto, mas como um processo identitário (Bertrand; Bertrand, 2009), o que implica integrar saberes tradicionais nas encostas manuais. Em complemento, é fundamental que tais políticas incentivem o uso de tecnologias adaptativas (Schneider; Cassol, 2013) em áreas acidentadas, conciliando a necessidade de produtividade com a preservação ambiental.

Conclui-se que a figura 15, ao opor terrenos planos mecanizados e encostas manuais, expõe como a paisagem rural é moldada por hierarquias geográficas. Retomando Bertrand e Bertrand (2009), defende-se que a sustentabilidade exige que a paisagem "seja vivida", harmonizando técnica, topografia e pluralidade cultural.



Figura 16 - A paisagem interiorana e suas variações.

Fonte: Pesquisa de campo. (Os autores, 2013).

A fotografia 16 captura a complexidade da paisagem rural da microrregião de Prudentópolis (PR), revelando a coexistência de elementos naturais, econômicos e culturais que conformam o território. Em primeiro plano, observa-se o cultivo de fumo e milho, enquanto ao fundo destacam-se eucaliptos e fragmentos de Floresta Ombrófila Mista, *habitat* da araucária (*Araucaria angustifolia*), espécie emblemática do Sul do Brasil. A propriedade retratada, de apenas cinco hectares, exemplifica a intensificação do uso do solo em pequena escala, onde estratégias produtivas tradicionais e modernas se entrelaçam para garantir subsistência e renda.

A presença de eucaliptos não decorre de escolhas estéticas ou ambientais, e sim de uma adaptação forçada às exigências da fumicultura. A proibição do uso de lenha nativa fez com que os agricultores passassem a plantar eucalipto em áreas marginais, a exemplo de poteiros, margens de rios e cercas, evidenciando uma ocupação racionalizada do território. Essa prática, embora garanta o abastecimento energético para secagem do tabaco, reforça a dependência de contratos com empresas fumageiras e expõe a precariedade das políticas ambientais, que transferem ônus ecológicos para pequenos produtores.

A justaposição de araucárias nativas, eucaliptos exóticos e cultivos agrícolas configura a paisagem como um "palimpsesto territorial". Embora Santos (2006) não utilize o termo diretamente, sua concepção da paisagem como "espaço de acúmulo de tempos históricos e práticas sociais" sintetiza essa dinâmica. Para o autor, a paisagem é marcada por camadas sobrepostas de relações entre sociedade e natureza, onde passado e presente se fundem. A araucária, por exemplo, ressignifica-se: de recurso madeireiro no século XX

a símbolo de resistência ecológica no contexto atual, enquanto o eucalipto materializa demandas industriais contemporâneas.

No primeiro plano, o cultivo de milho, destinado à alimentação animal e à manutenção de práticas como a tração equina, revela uma adaptação criativa às limitações topográficas. Em terrenos acidentados, onde a mecanização é inviável, técnicas ancestrais persistem não por nostalgia, mas como estratégia de sobrevivência. Essa dualidade exemplifica o que Santos (2006) denomina "modernização seletiva e subordinada", na qual pequenos produtores absorvem pressões modernas sem abandonar saberes tradicionais, perpetuando-se em condições marginais.

A imagem transcende o registro estético ao expor tensões entre preservação e produção. A araucária, reduzida a fragmentos, testemunha séculos de exploração madeireira e expansão agrícola; o eucalipto, homogêneo e invasivo, simboliza a mercantilização contemporânea do território; o milho, cultivado à sombra do tabaco, representa a resistência cotidiana de práticas culturais. Conforme Santos (2006), a paisagem é "produto histórico", onde se inscrevem lutas pelo acesso a recursos e pelo direito à diferença.

Ela ainda evidencia que a paisagem rural não é estática, e sim um campo de negociações contínuas. Nela, cada elemento, como o eucalipto, a araucária, o milho e o tabaco, narra um capítulo de conflitos entre globalização e identidade, eficiência e subsistência. Para decifrá-la, é preciso lê-la como texto geográfico, onde formas visíveis desvelam hierarquias invisíveis.



Figura 17 - Padrão econômico e fumicultura em pequenas propriedades.

Fonte: Pesquisa de campo. (Os autores, 2013).

O material visual 17 apresenta um conjunto de registros fotográficos que revelam o padrão econômico de famílias agricultoras na microrregião de Prudentópolis (PR), inseridas na lógica produtiva da fumicultura. A partir das construções residenciais, é possível observar um nível de conforto e organização espacial que remete a um estilo de vida materialmente estável, refletindo um padrão socioeconômico que se aproxima das características da chamada “classe média rural”. Contudo, esse cenário aparentemente próspero exige uma leitura crítica e contextualizada, pois o bem-estar econômico visível convive com uma série de contradições estruturais associadas à produção de fumo em pequenas propriedades.

Embora o cultivo de tabaco proporcione, em alguns casos, uma renda suficiente para investimentos em habitação e infraestrutura familiar, ele também impõe vulnerabilidades significativas. A dependência de contratos com empresas fumageiras, que fornecem insumos, assistência técnica e, por vezes, crédito, insere o agricultor em uma cadeia de produção verticalizada, marcada por relações assimétricas de poder e controle. Essas relações frequentemente resultam em endividamento, comprometimento da autonomia produtiva e até mesmo na alienação de parte significativa da renda obtida. Como destaca Bobato (2013), embora o fumo seja cultivado em pequenas áreas, sua rentabilidade pode ser considerada viável; no entanto, essa viabilidade está condicionada a fatores externos,

como preços, prazos de pagamento, exigências técnicas e questões ambientais, que nem sempre estão sob controle do agricultor.

A imagem, portanto, vai além da simples representação de uma paisagem rural bem estruturada. Ela revela a materialidade da organização do espaço, evidenciada nas moradias e no uso racional do território e, ao mesmo tempo, permite uma leitura geográfica crítica sobre a ambiguidade do processo produtivo da fumicultura. Embora a atividade ofereça uma fonte de renda significativa, especialmente em contextos de pouca terra e escassez de alternativas econômicas, ela aprisiona os agricultores em uma lógica de dependência estrutural.

Essa ambiguidade pode ser analisada à luz dos conceitos de Milton Santos e David Harvey. A propriedade, com suas casas bem-estruturadas e estufas modernas, simboliza o “tempo acelerado do capital”, que impõe padrões de consumo e produtividade. No entanto, essa modernidade é parcial, pois o cultivo de fumo ainda se baseia em práticas antigas, fundamentadas em dependência de insumos externos e dívidas crônicas. Para Santos e Silveira (2001), essa coexistência de tempos distintos reflete a “soma desigual de tempos”, típica de um Brasil profundamente desigual, em que a integração subordinada ao mercado global gera ilusões de progresso e, simultaneamente, perpetua relações de exploração e subordinação.

Por outro lado, a dinâmica de endividamento e dependência também se insere no conceito de “acumulação por espoliação” proposto por Harvey. A estufa moderna e os equipamentos agrícolas presentes na imagem, longe de representarem autonomia, são símbolos de endividamento controlado. Agricultores contraem dívidas para adquirir tecnologias como estufas elétricas e sementes híbridas e ficam reféns de contratos com empresas fumageiras, que os amarram a preços baixos e juros altos. Essa armadilha é agravada pela Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), que, ao restringir a produção de fumo, pressiona os agricultores a abandonarem suas terras, agora cobiçadas por empresas de silvicultura e soja.

A figura 17, assim, convida à reflexão sobre os limites e as possibilidades de reprodução social dos agricultores familiares vinculados à fumicultura. Ela revela a infraestrutura material edificada pelas famílias e igualmente os processos invisíveis que sustentam essa realidade. A paisagem, enquanto “conjunto de formas espaciais portadoras de sentido”, como afirmado por Santos (2006), precisa ser lida criticamente, considerando tanto os sinais visíveis da organização do espaço quanto os processos estruturais que os

fundamentam. A partir do olhar geográfico lançado sobre a imagem, é possível articular o visível ao estruturante, de modo que ela cumpra o papel de ilustração e de evidência analítica.

Além disso, é imprescindível que políticas públicas voltadas à agricultura familiar promovam alternativas produtivas viáveis e sustentáveis. Isso inclui o respeito aos saberes locais, garantindo condições dignas de permanência no campo, para além da monocultura do fumo. Nesse sentido, a fotografia se transforma em um poderoso instrumento de interpretação da realidade territorial, capaz de iluminar contradições, resistências e singularidades do rural paranaense, especialmente nas áreas de economia camponesa submetidas à lógica da fumicultura. A análise das cenas fotografadas permite entender as dinâmicas de modernização seletiva, as relações de dependência com o mercado fumageiro, as transformações na paisagem e nos modos de vida, além das estratégias locais de reprodução social.

A fotografia, enquanto ferramenta metodológica na pesquisa geográfica qualitativa, se mostra eficaz na tradução dos elementos simbólicos, materiais e subjetivos que compõem o território vivido. A paisagem, ao ser analisada criticamente, revela não apenas o aparente conforto material, como também as complexas relações sociais, econômicas e ambientais que sustentam esse estilo de vida. Dessa forma, reafirma-se o potencial epistêmico da fotografia como um recurso capaz de iluminar as contradições subjacentes e oferecer pistas para a construção de alternativas mais justas e sustentáveis no campo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados neste trabalho reafirmam a potência metodológica da imagem fotográfica como um recurso expressivo e analítico nas investigações geográficas, especialmente no que diz respeito à compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que permeiam a paisagem rural. As representações visuais não se limitaram a elementos ilustrativos; ao contrário, demonstraram capacidade de revelar a complexidade da paisagem microrregional de Prudentópolis (PR), atuando como poderosa ferramenta de mediação entre a realidade empírica e a sistematização do conhecimento geográfico.

A análise das fotografias realizadas em 2013 permitiu compreender a materialidade visível do cultivo de fumo; além disso, evidenciou que a paisagem é uma construção social e histórica carregada de relações de poder, estratégias de resistência e modos de produção que configuram a dinâmica do campo. Ao articular o uso consciente do recurso fotográfico

com a observação participante e a escuta ativa dos sujeitos envolvidos no processo produtivo, foi possível compreender as múltiplas dimensões do território e os conflitos que permeiam a organização do espaço rural. A fotografia se revelou uma chave para interpretar essas tensões, revelando as contradições entre o pequeno produtor familiar e o grande capital do agronegócio, além de iluminar as condições de vulnerabilidade social e territorial dos agricultores familiares.

As imagens analisadas revelaram a morfologia da paisagem e, ao mesmo tempo, os processos socioeconômicos que a moldam. A dependência da cadeia produtiva do fumo, a modernização seletiva das práticas agrícolas, a exploração do trabalho familiar e as tensões entre a produção e a preservação ambiental emergiram como temas centrais da análise. O cultivo do fumo, ainda economicamente viável para muitos pequenos produtores, impõe desafios que transcendem questões puramente econômicas, envolvendo também aspectos sanitários, financeiros, ambientais e culturais, que impactam diretamente o modo de vida e as condições de trabalho no campo.

Retomando a importância do legado de pensadores como Humboldt, La Blache e Monbeig, que entenderam o valor da observação empírica mediada por recursos visuais, o presente estudo reforça a relevância da fotografia como um método geográfico que permite uma leitura crítica e situada da paisagem. As fotografias analisadas foram mais do que simples registros visuais; elas desvelaram aquilo que frequentemente escapa às análises estatísticas ou aos relatos descritivos convencionais. A imagem fotográfica, quando mobilizada com intencionalidade teórico-metodológica, revelou uma faceta invisível da realidade territorial, ajudando a interpretar os aspectos subentendidos nas formas, cores, ausências e presenças da paisagem vivida.

Conclui-se, portanto, que o uso da fotografia como recurso metodológico contribui para uma compreensão mais rica e detalhada da totalidade contraditória do espaço geográfico e assume papel fundamental na análise das desigualdades sociais e das tensões estruturais que marcam a microrregião de Prudentópolis (PR). Além disso, o trabalho aprofunda o entendimento das dinâmicas entre agricultura familiar e agronegócio, evidenciando a urgência de políticas públicas de soberania alimentar, diversificação produtiva e inclusão social dos pequenos produtores. Ao mesmo tempo, reafirma o papel da Geografia como campo de estudo capaz de interpretar a complexidade da realidade socioespacial, por meio de uma abordagem crítica, integrada e humanizada.

A fotografia, mais do que representar o visível, contribui para compreender o invisível, as relações de poder, os processos ocultos e as histórias não contadas que permeiam a paisagem rural. Em um contexto de profundas desigualdades, a imagem fotográfica se configura como uma ferramenta poderosa para dar visibilidade a essas questões, promovendo uma reflexão crítica sobre os caminhos possíveis para a construção de um território mais justo e sustentável para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global**: esboço metodológico. São Paulo: Inst. de Geografia-USP, 1981.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias**: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Tradução de Messias Modesto dos Passos. Maringá: Massoni, 2009. 361p.

BOBATO, Z. L. O impacto socioeconômico gerado pela fumicultura na microrregião geográfica de Prudentópolis-PR. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 28, n. 55, p. 31-54, 2013.

BOHNSACK, R. A interpretação das imagens segundo o método documentário. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 114-134.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto Legislativo n. 1.012, de 27 de outubro de 2005**. Aprova o texto da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde para o Controle do Tabaco (CQCT), assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 5.658, de 2 de janeiro de 2006**. Promulga a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 set. 2025.

CALDEIRA, T. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 21, p. 133-148, 1988.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. 320p.

CUNHA, L. A. G.; ALBUQUERQUE, E. S. **Conhecimento geográfico I**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2008. 83p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396p.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2014. 208p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisas/2013**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2013.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Perfil da microrregião geográfica de Prudentópolis**. [S. l.]: IPARDES, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br>. Acesso em: 18 set. 2025.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 2009. 224p.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril, 1976. 672p.

MARIGNIER, M. V. O.; ROBIC, M. C. A França no limiar de novos tempos: Paul Vidal de La Blache e a regionalização. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 18, 2007.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 314p.

NOVAES, A. R. Uma geografia visual? Contribuições para o uso das imagens na difusão do conhecimento geográfico. **Revista espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 6-22, 2011.

SALGUEIRO, H. A. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 21-72, 2005.

SAMAIN, E. **Como pensam as imagens**. Campinas: Ed. Unicamp, 2012. 240p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006. 392p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 490p.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Santiago, Chile: Rimisp, 2013. (Série Documentos de Trabalho, n. 145). Disponível em: <https://www.rimisp.org>. Acesso em: 18 set. 2025.

SILVEIRA, R. L. L. **Rede agroindustrial do fumo e a dinâmica de organização espacial e de usos do território na região Sul do Brasil**. 2011. Relatório do Projeto de Pesquisa - CNPq Edital 03/2008. UNISC, Santa Cruz do Sul, 2011.

SPRINGER, K. Considerações acerca da geografia de Alexander von Humboldt: teoria, filosofia e concepção de natureza. **Revista RA´EGA**, Curitiba, n. 18, p. 7-22, 2009.

Recebido: 21/04/2025

Aceito: 17/10/2025